

## **A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES PELA LEI 10.639/03 NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE JI-PARANÁ-RO**

**Paulo Sérgio Dutra<sup>1</sup>**  
**Laurenço Ocuni Cá<sup>2</sup>**

O presente trabalho pretende mostrar resultados de uma experiência pedagógica realizada no ano de 2007, cujo objetivo foi promover a capacitação de educadores e educadoras, propondo uma reflexão sobre a sala de aula como espaço de construção de identidades; do ponto de vista da Lei 10.639/2003 para o enfrentamento e intervenção nas situações de conflitos e nas relações raciais cotidianas. Para execução do trabalho desenvolveu-se os seguintes procedimentos metodológicos: demonstração, diálogo e análise das fotografias de cartazes afixados nas salas de aulas, exposição sobre o conceito de sujeito e identidade, construção de cartazes que pudessem contribuir com a construção da auto estima de alunos negros e a mudança na percepção dos não-negros a respeito das africanidades, e a socialização da experiência da construção destes cartazes pelas (os) participantes no final da oficina, e quais as contribuições nas experiências cotidianas de diálogos sobre a diversidade racial o cartaz traria aos docentes. Finalizou-se a experiência com o planejamento de atividades para atender às perspectivas explícitas na lei 10.639/03.

Palavras – chave: Identidade; Sujeito; Relações raciais; Práticas;

---

<sup>1</sup> - É mestrando em Educação pela UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso. - e Especialista pelo Iles-Instituto Luterano de Ensino Superior (65) 9218 8885 [paulo.afropop@gmail.com](mailto:paulo.afropop@gmail.com)

<sup>2</sup> - É Doutor em Educação pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas Federal do Mato Grosso e Professor Visitante pela UFMT-Universidade Federal do Mato Grosso. (65) 92880759 [ocuni@ufmt.br](mailto:ocuni@ufmt.br)

## INTRODUÇÃO.

O presente artigo apresenta algumas considerações a respeito de uma das ações desenvolvida, dentro da HCABA - Coordenação de Formação Continuada em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ano de 2007 com professores de 1ª e 2ª séries nas escolas estaduais de Ji-Paraná/RO, para trabalhar as relações étnico-raciais e pensar a sala de aulas como espaço constante de formação da identidade das crianças presentes cotidianamente no espaço escolar. As ações efetivadas pelas professoras (trato de professoras, pois o trabalho foi desenvolvido com um grupo de professoras, não havendo a participação do professor por causa da intensa participação de mulheres atuando nas séries iniciais) reforçam a aprendizagem sem uma preocupação prévia dos significados e influência no processo de construção identitário das crianças exercidos pelos espaços que os sugerem, os quais são detalhados mais adiante. Utiliza-se alguns termos para situar o leitor dentro das dinâmicas as quais os professoras mantem com seus alunos diariamente. A *zona de refazimento* termo utilizado para designar o espaço e o tempo de experimentação nas ações permitindo aos sujeitos colocarem através da palavra as novas concepções a respeito das africanidades para a ressignificação da história dos africanos e dos africanizados, seus valores, verdades e significados como sujeitos e pertencentes a outro grupo étnico-racial. *Desfazimento* termo utilizado para designar o processo pelo qual os sujeitos experimentariam (embate, conflitos, acertos) até a consumação de um novo pensamento, um novo olhar sobre que está se colocando em xeque. E finalmente *os espaços sugeridos para* ou *espaços que sugerem* termo utilizado para designar à construção da auto-estima das crianças, aqui traduzido em tudo aquilo que é pensado para ornamentar, enfeitar ou decorar a sala de aula que teria o sentido de lembrar, marcar, e representar ou reforçar a aprendizagem cotidiana efetivada através dos *cartazes*, mas que na sua subjetividade marcaria o afetivo e o emocional da criança o que por ora não é tido como foco principal por que o professor muitas vezes, serve-se

desses meios produzindo apenas um espaço para um simples adorno para a sala de aula.

Este trabalho também apresenta algumas reflexões a respeito da construção, relação e influência dos espaços em discussão presentes na sala de aula que sugerem a construção da identidade das crianças no sentido de pensar o espaço escolar pensando numa multiplicidade. Entretanto, trabalhar com as crianças das séries iniciais é lidar com a diversidade que compõe a população brasileira, é ofertar valores, crenças que muitas vezes confundem com as crenças e os valores trazidos por essas crianças do seio familiar, é marcar com passagens e contribuições à sua memória.

Trazendo à luz os espaços presentes na sala de aula que sugerem a construção das identidades, reporta-se, aos cartazes sobre o dia das mães, dia dos pais, dia da avó, dia Internacionais da Mulher, dia da criança, aniversariante do dia, natal e outros que com diversas temáticas funcionam como uma *força imensurável e invisível* na qual o professor não se dá conta das influências no processo de construção da identidade do sujeito, implicando nos alunos que estão sob à sua tutela cotidianamente. Como afirma BUBAR (1997)

A identidade humana não é dada de uma vez por todas, no ato do nascimento: constrói-se na infância e deve reconstruir-se sempre ao longo da vida. O indivíduo nunca a constrói sozinho: ela depende tanto dos julgamentos dos outros como das próprias orientações e autodefinições. A identidade é um produto de socializações (BUBAR, 1997, P.13).

Depois da família, a escola é como segundo meio social mais vivenciado pelos indivíduos ofereceria *sentidos, significados, imagens e valores* e outras verdades multifacetadas para a convivência entre os sujeitos que colocariam num embate as verdades trazidas do primeiro círculo social, a família, que estão muitas vezes na contramão das verdades veiculadas no cotidiano escolar. Como afirma Souza (1983),

A identidade do sujeito depende, em grande medida, da relação que ele cria com o corpo. A imagem ou enunciado identificatório que o sujeito tem de si estão baseados na experiência de dor, prazer ou desprazer que o corpo obriga-lhe a sentir e a pensar (SOUZA, 1983, p. 6).

Entretanto, em se tratando de experiência com situações do cotidiano escolar observa-se que as representações dos espaços que sugerem a construção da identidade

do sujeito são determinantes para o posicionamento dos alunos nas relações cotidianas que estabelecem em suas dinâmicas.

As figuras que os representam fariam com que as crianças passassem a relacionar, a comparar, a negar ou afirmar a situação real vivenciada com os atributos captados pela visualização das imagens disponíveis e todo o discurso construído em torno delas.

De acordo com a proposta da Lei 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade em trabalhar a História dos africanos, a História dos escravizados no Brasil e indígenas, Cavalleiro certificou que [...] o ritual pedagógico do silêncio “exclui dos currículos escolares a história de luta dos negros na sociedade brasileira e impõe às crianças negras um ideal de ego branco” (GONÇALVES, 1987, Apud CAVALLEIRO, 2000, p. 32).

Faz-se necessário algumas indagações a respeito de como a escola brasileira tem sido pensada nos últimos anos, quais as mudanças que o currículo tem sofrido, como a formação docente tem sido colocada em prática, quais avaliações tem sido feita para reconhecer alguns avanços, como a sala de aula tem sido pensada e se a educação brasileira continua sendo etnocêntrica.

Partindo desses questionamentos passa-se a fazer algumas considerações sobre a sala de aula como espaço de construção de identidades. Para tanto julga-se necessário expor uma experiência que levou construir uma reflexão a respeito do trabalho com a diversidade étnico-racial nos princípios da Lei 10.639/2003.

No ano de 2007, em experiência com a formação continuada de professores de ensino fundamental e médio nas escolas estaduais de Ji-Paraná/RO, desenvolveu-se algumas ações que puderam contribuir com o pensamento docente a respeito da ressignificação do negro nas historicidades brasileiras.

A experiência foi organizada em forma de oficina e realizada com professoras de 1ª e 2ª séries. A princípio fotografou-se alguns cartazes que haviam sido construídos no ano anterior e afixados nas salas para trabalhar com as crianças das séries iniciais situações cotidianas, datas comemorativas, a família, gênero, etnia, lembretes, direitos, deveres e etc. De posse das fotografias construiu-se uma oficina intitulada: *a sala de aula como espaço de construção de identidades, trabalhando a*

*Lei 10.639/2003*. Por a maioria das professoras terem participado de um curso de formação continuada de 40 horas em 2006, passou-se a refletir a respeito do que se havia aprendido no curso partindo das seguintes observações: como estão *ornamentadas, decoradas, enfeitadas, abrilhantadas, embelezadas e organizadas* as salas de aulas? Antes de se preocupar com a organização da sala com a qual se trabalharia, sabe-se quem são os alunos? Etnia, gênero? Qual é a proporção desses grupos ali representados? Há portadores de necessidades especiais? O que se tem a levar em consideração para harmonizar a sala de aula para receber esses alunos?

Num segundo momento, mostrou-se as fotografias e se discutiu as contribuições que essas trariam para os alunos enquanto sujeitos em formação de sua identidade. Algumas argumentaram a respeito das possíveis contribuições dessas imagens identificando as contribuições negativas, que levaria os alunos negros a um comportamento de negação de identidade e reforçaria o pensamento de superioridade estabelecido secularmente para os não-negros. Após essa reflexão trabalhou-se o conceito de identidade e construiu-se cartazes que pudessem responder aos questionamentos levantados no início deste trabalho. Utilizou-se revistas para identificar seus pares, em relação a figuras que representassem a população afro-descendente deparou-se com quase uma inexistência de imagens direcionadas a representação de afro-descendentes nesses veículos de comunicação.

Não se consomem serviços? Não se come? Não se veste? Por que não está representados ali? Foram questionamentos levantados pelas docentes participantes da oficina. Num dado momento uma professora observou que as redes de drogarias da cidade haviam adotado imagens de crianças brancas como seu símbolo em outdoors, observou também que o que poderia ocorrer se alguém com uma criança negra adentrasse aqueles estabelecimentos. Se a imagem diz muito, Silva (2001) ao tratar da ideologia imagética racista refere-se aos cartazes anti-racistas como contestadores dos estereótipos impressos na consciência da sociedade brasileira, sobretudo na consciência dos negros. Ao término da produção dos cartazes cada grupo de professoras passou a apresentar os cartazes que haviam construído evidenciando as contribuições que os mesmos dariam à construção da auto estima dos/as negros/as e construção de outro olhar diferente pelos não-negros/as a respeito dos afro-

descendentes enquanto sujeitos pertencentes a um grupo étnico diferente. Esse momento foi um momento para as professoras serem porta-vozes da reflexão de sua ação na construção de soluções para intervenção em situações cotidianas ou na construção de outras possibilidades para representação dos indivíduos enquanto diferentes. Nesse momento, levou-se em conta que todos os dias as crianças observam ou visitam os espaços que se identificam como espaços de construção de identidades e que geralmente a professora designa alguém diariamente para trocar a data, colocar o dia da semana ou nome dos aniversariantes do dia, e que muitos cartazes são construídos e afixados na sala e não levando em conta as questões relacionadas ao afetivo e ao emocional dos alunos.

### **Práticas - revelação e estranhamento: democracia racial e preconceito enraizado.**

Pesquisas de cunho científico, ações pedagógicas, referências bibliográficas em consonância com a temática e as atividades de intervenções convertem-se, na 'zona de refazimento' espaço onde as batalhas contra o discurso ou representações através das imagens racistas ganham corpo, e, é no estranhamento entre essas dicotomias que o confronto entre o que se ensina no currículo etnocêntrico e a proposta de ressignificação das africanidades alcançaria seu ápice. Oliveira (2005), afirma que,

[...] devemos ficar atentos à linguagem cotidiana. A linguagem influencia a formação do pensamento, e ao mesmo tempo, reflete o nosso modo de ver o mundo. Quantas palavras que desclassificam as pessoas utilizamos sem perceber? São expressões que legitimam a desigualdade. Por que não eliminá-las do nosso vocabulário? (OLIVEIRA, 2005, p. 53)

O docente envolvido no processo de mutação no confronto entre, o que a sua vida escolar de saberes predominantemente racista sustenta como verdades e o que insidioso processo de desconstrução através das releituras lhe ofertaria como verdades e alternativas, apontando para a construção de olhares e falas pertinentes a uma sociedade em que a valorização das diferenças firmaria como riqueza para

sociedade brasileira dentro da sua prática, trabalhando em favor do exercício da tolerância nas relações raciais cotidianas.

### **Espaços de mobilidade - espaços sugeridos para a construção do sujeito e as atividades de intervenções**

Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Ensino Superior perfariam os espaços para mobilidade de ações voltadas para desmascarar a educação etnocêntrica. A revolução no desfazimento do pensamento racista encruado no seio da sociedade brasileira deve ser perseguida nos espaços de mobilidade para desenvolver as práticas e as atividades de intervenções nos *espaços sugeridos* para a construção do sujeito. Na Educação Infantil é possível sustentar essa revolução nas maneiras de fazer educação tendo como princípios o respeito às diversidades na organização, disposição e manipulação de brinquedos, formulação e execução de brincadeiras, literaturas infantis e musicalidade que contemplem os grupos étnicos representados ou respeitando os grupos étnicos na construção histórica das historicidades dos brasileiros. No Ensino Fundamental – é necessário detalhar minuciosamente as atividades que serão desenvolvidas nesse espaço de mobilidade, e é, onde se enfatizaria com maior precisão os espaços sugeridos para a construção do *sujeito*, como se viu anteriormente. Mas de que forma a formação continuada do docente sobre a temática étnico-racial será colocada em prática? Que compromisso possui os responsáveis pela formação do docente? Em quais espaços essa formação acontecerá? A disponibilidade de materiais voltados para trabalhar as africanidades de que forma será provida? Eis aqui alguns desafios.

### **Atividade de intervenção - emergindo da dor.**

As atividades de intervenções norteariam *os embates* e dariam tom na reflexão sobre a temática étnico-racial. Estas obrigariam os indivíduos envolvidos no processo a se posicionarem em relação ao pertencimento étnico-racial vivenciando experiências marcadas pelas dores e conflitos na descoberta de si. Segundo Souza

(1983, p. 7), “o sujeito negro, possuído pelo ideal de embranquecimento, é forçado a querer destruir os sinais de cor do seu corpo e de sua prole”. Isto implica em dizer que a ausência de padrões estéticos ligados aos afro-descendentes, explícitos no ambiente escolar, livros didáticos, nos meios destinados a fazer mídia, na quase inexistente literatura de histórias infantis destacando as características dos descendentes de africanos e a hegemonia no tratamento das três matrizes que se juntaram para compor a população brasileira enfatizando os valores culturais europeus confirmam tais lacunas e tem efeito devastador para as tantas tentativas de se construir a base de uma auto-estima para o negro. Então expressões como: “moreninho”, “moreno”, “mulata”, “pardo”, “moreno-claro” e outras que no cotidiano são assinaladas pelo branco e internalizadas pelo elemento negro revelando a profunda manipulação do sujeito explicitando na negação de si, a mutilação em todos os sentidos no indivíduo que se recusa vivenciar nas suas potencialidades seus aspectos culturais e identitários. Diante de tais evidências Santos (1983) mostra que o sujeito negro delega ao branco o direito de definir sua identidade vai renunciar ao diálogo que mantém vivo a dinâmica do pensamento jogando por terra as possibilidades de tomar posse de um discurso seu sobre si.

As atividades de intervenção possibilitariam desdobramentos capazes de fazer dos envolvidos na ação colocarem-se como sujeitos na *zona de refazimento*, e estabeleceriam dinâmicas capazes de formar e consolidar a auto-estima dos afro-descendentes e negar os valores eurocêtricos como fator único de verdades. O momento de reflexão proporcionado pelo desenvolvimento de atividades, exige do indivíduo um posicionamento a respeito de si enquanto sujeito pertencente a um outro grupo étnico com particularidades diferentes e tomada de atitude frente às situações de conflitos raciais cotidianas. Nessa *zona de refazimento*, após os sujeitos vivenciarem as experiências sobre a construção da identidade do negro a discussão deve ser potencializada. Para Santos (1983 p. 15),

(...) o pensamento não resiste à tensão de continuar ‘representando-a em branco.’ Sua estrutura desmantela-se. Sua função de intérprete de percepções e emoções, desejos e defesas, cai por terra. O sujeito como que desiste de encontrar escapatórias e negociar soluções. A violência racista obtém seu máximo efeito. (SANTOS, 1983, p. 15)



O sujeito ao apossar-se do discurso sobre si, construído e baseado nos valores de seu grupo étnico a começar pela compreensão das historicidades dos seus antepassados como protagonistas de muitos feitos. Recorremos aqui a algumas verdades que emergem como outra verdade possível enfocando outro aspecto em relação as grandes civilizações africanas como sociedades possuidoras e produtoras de saberes, de relações e de domínio de poder com outros povos localizados na região norte do Continente Africano e a ligação com povos europeus e asiáticos. . Então em D'Amorin (1997),

Não somente o mandar estudantes para a África branca, embaixadores para as cortes de Portugal, Marrocos e Cairo demonstram o poderio e contacto com outras civilizações, mas muitas vezes os árabes necessitavam de ajuda militar do Imperador do Mali como associado era ter a certeza de um exército numeroso. (D'AMORIN, 1997, p..31)

Obras enfatizando outros aspectos, outros olhares a respeito do africano nunca apresentados aos negros e não-negros, na dinâmica a qual se constitui a população brasileira e em relação à História da lutas dos negros no Brasil como comunidade que povoou as mais diversas regiões da colônia na edificação de milhares de comunidades de quilombos remanescentes rebelados contra o sistema escravocrata e mantendo sua tradições culturais.

Decorrentes de toda a dialogicidade constituída na zona de refazimento firmam-se outros olhares, outras falas, a valorização, o respeito às diferenças contribuirão para o fortalecimento das relações étnico-raciais nas situações cotidianas.

### Considerações Finais

Neste momento em que a legislação oportuniza a discussão a respeito das africanidades as experiências com a temática conduzida com as professoras de 1ª e 2ª

séries das escolas estaduais de Ji-Paraná colocadas neste trabalho tem a pretensão de contribuir com outras instituições educacionais que pretendem desenvolver experiências baseadas numa educação de tolerância e respeito das diferenças entre o acúmulo cultural das três matrizes responsáveis pelas “gentes” produzidas na intensa miscigenação, seja pelo pretense comportamento de dominador do senhor com suas escravizadas, seja no branqueamento vivenciados na intensa política de migração organizada no final do império e início da república; ou na dinâmica de vivências nas mesmas situações na qual encontravam-se os brancos pobres e negros. O fato de uma legislação que obriga as instituições de ensino, as secretarias estaduais e municipais de educação a investir em formulações de ações que contemplem a discussão como a sustentada por este trabalho poderia revelar o não respeito pelo acúmulo cultural tanto dos afro-descendentes como dos descendentes de indígenas, que favoreceu o etnocentrismo na cultura, na educação e na estrutura governamental resultando no distanciamento entre negros e brancos em todas as instâncias. Logo a escola é o espaço de aprofundar na discussão, de abdicação, de colocar-se na berlinda, de ceder espaço e de reforçar as práticas educacionais que caminham na direção da construção de uma sociedade possível do ponto de vista que contemple as outras possibilidades de ser.

Culturalmente os segmentos ligados a fazer educação no Brasil não podem eximir-se da tarefa de reconstruir, rever, refletir e alicerçar as discussões sobre africanidades na condução de um processo educacional que contemple a formação da população brasileira. De posse de análises sobre olhares e falas discriminatórias, racistas e segregacionistas é necessário desfazer a esquizofrenia alimentada na constituição das historicidades dos africanos e seus descendentes. É tarefa dos intelectuais negros e não-negros a busca de alternativas para diminuir as discrepâncias raciais, sociais e educacionais entre brancos e negros presentes na atualidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. LEI nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 de janeiro de 2003.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar. São Paulo: Contexto, 2003. 110 p.

D'AMORIM, Eduardo. África – Essa mãe quase desconhecida. São Paulo: FTD, 1997. 95 p.

OLIVEIRA, Rachel de. Tramas da cor. Enfrentando o preconceito no dia-a-dia escolar. São Paulo: Selo Negro, 2005. 95 p.

SILVA, Nelson Fernando Inocêncio da. Consciência Negra em Cartaz. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 135 p.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social. Rio de Janeiro: Graal, 1983. 88 p.